



Diego Santos Vieira de Jesus

Relatório Analítico das Evidências Físicas da Marca Rio em sua Dimensão Política - 1º trim. 2019 ao 1º trim. 2020

Resultados e análise

A crise na dimensão política das evidências físicas da identidade da Marca Rio ficou evidente, no período em foco, com o agravamento da já caótica situação da estrutura política local e o reconhecimento crescente, por parte da população, da ineficiência da administração do prefeito Marcelo Crivella. Com o setor de saúde paralisado, Crivella suspendeu, em dezembro de 2019, todos os pagamentos e movimentações financeiras do município até segunda ordem, podendo o depósito da segunda parcela do décimo terceiro salário dos servidores. A Prefeitura acabou revogando a decisão, mas deixou clara a crise no caixa da cidade. Crivella justificou a suspensão supostamente com o objetivo de organizar as contas municipais até que os arrestos determinados pela Justiça fossem finalizados, numa referência à determinação do Tribunal Regional do Trabalho de bloquear R\$ 325 milhões, quantia devida às organizações sociais (OSs) que tomavam conta de alguns dos hospitais mais importantes da cidade. Entretanto, o acirramento da crise adveio de um erro de cálculo: a estimativa de arrecadação apresentada pelo prefeito no orçamento de 2019 não se concretizou, e a diferença entre a previsão e os impostos efetivamente pagos resultou em um déficit de R\$ 4,7 bilhões nas contas do Tesouro municipal. A cidade do Rio de Janeiro permanecia num quadro de instabilidade financeira desde a ressaca após os Jogos Olímpicos de 2016 e também pela redução dos benefícios advindos dos *royalties* do petróleo, devido à queda do preço mundial; pelo déficit previdenciário, que passa de R\$ 30 bilhões; e pelos desvios bilionários revelados pela Operação Lava-Jato. Para agravar ainda mais a situação, a gestão de Crivella orientou-se por acordos que visavam à manutenção do prefeito no cargo, principalmente depois das várias tentativas de impeachment, e não freou despesas desnecessárias com cargos comissionados e a criação de subsecretarias. Dentre esses acordos, cabe destacar a autorização ao orçamento das secretarias sem controle da Prefeitura. Ao fim de 2019, a administração de Crivella era reprovada por 72% da população, ainda que o prefeito tivesse desembolsado R\$ 145 milhões em publicidade nos três anos de governo, dos quais R\$ 59 milhões tinham sido mobilizados em 2019 (VEJA, 2019).

Quanto à criação de espaços de interação com os meios de comunicação e a ampliação da transparência das ações da Prefeitura perante a sociedade, Crivella ampliou, em dezembro de 2019, o enfrentamento aos meios de comunicação do Grupo Globo – concorrência direta da Rede Record – e proibiu que seus jornalistas participassem de coletivas de imprensa ou fossem atendidos por profissionais de comunicação da Prefeitura. As rugas com o Grupo Globo guardavam semelhanças ao embate que o presidente Jair Bolsonaro vinha travando com esse grupo. Em um cenário eleitoral pessimista para Crivella, que apareceu em terceiro lugar em pesquisa do Datafolha acerca das intenções de voto para as eleições de 2020 para a Prefeitura do Rio de Janeiro, o atual prefeito aparece atrás do seu antecessor Eduardo Paes e do deputado federal Marcelo Freixo (PSOL) e em empate técnico com outros nomes. Desde o segundo



Diego Santos Vieira de Jesus

semestre de 2019, Crivella buscava reunificar a base conservadora e conquistar apoios políticos (BETIM, 2019).

Alguns acontecimentos envolvendo lideranças políticas da cidade e do Estado do Rio de Janeiro tiveram repercussão nacional. Esse foi o caso da deflagração, em dezembro de 2019, de uma operação de busca e apreensão pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em endereços ligados a Fabrício Queiroz, ex-assessor do então deputado estadual e atual senador Flávio Bolsonaro e amigo há três décadas do presidente Jair Bolsonaro. O caso voltou a tramitar após meses parado no Supremo Tribunal Federal (STF). Queiroz passou a ser alvo de investigação em 2018, depois que o então Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, atualmente Unidade de Inteligência Financeira), o qual atuava na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, identificou diversas transações suspeitas feitas por ele, uma delas envolvendo um cheque de R\$ 24 mil depositado na conta da atual primeira-dama Michelle Bolsonaro. Tais dados financeiros levaram à abertura de uma investigação pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, que suspeitava da existência de um esquema de “rachadinha” no gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa, em que assessores parlamentares devolviam parte do salário para os políticos que os empregaram. A apuração que respingava no filho do presidente da República deu origem a uma batalha judicial que chegou ao STF e levou a uma dinâmica que paralisou mais de 700 investigações e ações penais pelo Brasil inteiro, envolvendo acusações de crime organizado, tráfico de drogas e corrupção (BBC, 2019).

Além disso, em outubro de 2019, suspeitas de candidaturas-laranjas do Partido Social Liberal (PSL) do Rio de Janeiro na campanha eleitoral de 2018 estavam sendo investigadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, bem como o suposto uso de caixa 2. A liderança do PSL no Rio de Janeiro, a cargo de Flávio Bolsonaro, informou que cada candidato tinha responsabilidade individual por suas contas eleitorais e prestava informações à Justiça Eleitoral. A investigação sobre candidaturas do PSL do Rio de Janeiro acontecia no mesmo momento em que havia averiguações sobre supostas irregularidades eleitorais que envolviam o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que comandara o partido em Minas Gerais em 2018, e o presidente nacional da legenda, o deputado federal Luciano Bivar. A disputa entre Bivar e Bolsonaro levou a um racha da bancada do partido na Câmara dos Deputados, o que incluiu uma disputa pela liderança da legenda na Casa. Parlamentares do grupo bolsonarista no PSL pediram, junto ao presidente da República, uma auditoria nas contas do partido. Advogados da área eleitoral que tinham se reunido com o presidente da República afirmavam que a falta de transparência poderia ser usada como justa causa para que parlamentares deixassem o PSL sem perder seus mandatos por infidelidade partidária (GAIER, 2019).

Quanto à segurança pública, 2019 apresentou o menor número de homicídios dolosos e latrocínios desde 1991 no Estado do Rio de Janeiro. Os crimes violentos letais intencionais – que incluem homicídio doloso, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte – registraram queda de 20%, com 4.154 vítimas em 2019 contra 5.180 em 2018. Os homicídios dolosos caíram 19% quando comparados com o ano de 2018, com 3.995 vítimas em 2019 e 4.950 em 2018. Os roubos seguidos de morte (latrocínios) registraram diminuição de 34% entre janeiro



Diego Santos Vieira de Jesus

e dezembro de 2019, quando comparado com o mesmo período de 2018. Em 2019, foram 115 vítimas. O número de policiais civis e militares mortos em serviço atingiu, em 2019, o menor número desde 2015 (22). Os crimes contra o patrimônio registraram, em 2019, o menor índice desde 2016. O indicador “roubo de veículo” fechou o ano com queda de 24% em relação a 2018. Foram roubados menos 12.348 veículos (39.749 roubos em 2018 e 52.097 em 2019). Nos roubos de carga, a diminuição foi de 19% em relação a 2018. Foram 7.455 casos em 2019 contra 9.182 em 2018. No mesmo período, os roubos de rua (soma de roubo a transeunte, roubo de aparelho celular e roubo em coletivo) caíram 8% em relação a 2018, de 130.620 roubos para 120.456 em 2019 – menos 10.164 roubos. Na cidade do Rio de Janeiro, a AISP 41 (Irajá e adjacências) registrou a maior queda nos roubos de veículos, e a AISP 16 (Bonsucesso e adjacências) teve a maior diminuição em roubo de carga (NASCIMENTO, 2020).

Em julho de 2019, o governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel disse que pretendia contar com magistrados das varas recentemente criadas, especializadas em combate ao crime organizado, para endurecer as penas de acusados. Na avaliação do governador, penas mais elevadas poderiam levar a delações ou mesmo desmotivar a realização de crimes. A possibilidade de uma delação premiada de suspeitos já havia sido mencionada pelo governador em março, ao falar sobre a prisão dos suspeitos da morte da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. Ademais, Witzel anunciou mudanças nas datas do cronograma da expansão do programa Segurança Presente no Estado do Rio de Janeiro, que terminaria em dezembro. Na cidade do Rio de Janeiro, o programa atingiria os bairros de Botafogo, Laranjeiras e Bangu em setembro e Barra da Tijuca, Vila Isabel e Grajaú em dezembro (SATRIANO, 2019).

Alguns episódios de violência urbana chamaram a atenção ao longo de 2019, como o sequestro de um ônibus na Ponte Rio-Niteroi em agosto e a morte do sequestrador por um atirador de elite. Minutos após a morte do sequestrador, Witzel chegou à Ponte vibrando a bordo de um helicóptero e definiu o trabalho como uma ação “técnica” das forças de segurança, parabenizando os policiais militares e rodoviários federais (COELHO et al., 2019). Em setembro, a menina Ágatha Vitória Sales Félix, de oito anos, foi morta quando voltava para casa com a mãe, no Complexo do Alemão, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A criança estava à noite dentro de uma Kombi, quando foi baleada nas costas na comunidade da Fazendinha (G1 RIO, 2019). Em dezembro, o Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou pelo crime o policial militar Rodrigo José de Matos Soares, que responde por homicídio qualificado. Em maio, por 11 votos a 3, os ministros do Superior Tribunal Militar decidiram conceder liberdade aos nove militares envolvidos na ação que resultou nas mortes do músico Evaldo Rosa dos Santos, cujo carro foi alvejado com 83 tiros em Guadalupe, na zona norte do Rio de Janeiro, e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo em abril. Eles responderão em liberdade ao processo em que são acusados das mortes (LANG, 2019). Com relação ao assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, registros da portaria do Condomínio Vivendas da Barra, na Barra da Tijuca, onde mora o principal suspeito, o sargento aposentado da Polícia Militar Ronnie Lessa, mostraram que, horas antes dos assassinatos, o outro suspeito do crime, o ex-policial militar Élcio Queiroz, entrou no condomínio dizendo que iria à casa do então



Diego Santos Vieira de Jesus

deputado Jair Bolsonaro. Os registros de presença da Câmara dos Deputados apontavam que Bolsonaro estava em Brasília naquele dia. Witzel classificou como “levianas e absurdas” as afirmações do presidente Jair Bolsonaro de que ele teria interferido nessas investigações por motivações políticas, bem como nas investigações do Ministério Público sobre o esquema de “Rachadinha na Alerj”, na época em que Flávio Bolsonaro era deputado estadual (ÉPOCA, 2019).

Em termos de deficiências na administração pública, uma das principais crises enfrentadas no Estado do Rio de Janeiro – inclusive na sua capital – em janeiro de 2020 estava relacionada ao fato de que a água encanada distribuída pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) estava chegando a diferentes partes da Região Metropolitana com cheiro e gosto de terra – em alguns casos, turva e com coloração escura. O presidente da companhia, Hélio Cabral, pediu desculpas à população pelos transtornos e afirmou que a presença da geosmina, um tipo de alga, foi detectada. A companhia garantiu que a água estava dentro dos parâmetros exigidos pelo Ministério da Saúde e era própria para o consumo, mas informou que adotaria, em caráter permanente, a aplicação de carvão ativado pulverizado no início do tratamento para reter a geosmina (G1 RIO, 2020).

Quanto à preservação da diversidade e ao respeito às diferenças na cidade, políticas sistemáticas por parte das administrações estadual e municipal acabaram por expor e fragilizar ainda mais tais diferenças em relação às múltiplas formas de violência simbólica. Um exemplo disso ocorreu em fevereiro de 2020, quando Witzel afirmou que um decreto assinado por ele para punir quem discriminasse pessoas “por preconceito de sexo, identidade de gênero ou orientação sexual” seria republicado após a reação da bancada evangélica de deputados federais, na qual muitos representantes compreenderam que o texto poderia punir igrejas que defendessem que homossexualidade era pecado (CAPPELLI; PIVA, 2020).

Recomendações

Na dimensão política das evidências físicas da identidade da marca da cidade do Rio de Janeiro, seria importante a tomada das seguintes medidas para reverter o quadro de crise:

- Estimular o engajamento de grupos organizados da sociedade civil na formulação de políticas públicas municipais e no acompanhamento das ações políticas e dos gastos das autoridades municipais, estaduais e federais, visando à conquista de maior transparência pública;
- Buscando-se uma redução mais expressiva da violência, pressionar a gestão pública para a elucidação de homicídios, a redução da letalidade policial e o investimento no combate ao tráfico de armas (FÁBIO, 2018);
- Estimular a maior profissionalização da força policial, bem como promover mudanças na gestão da segurança pública visando ao fortalecimento da inteligência e à redução dos crimes contra a vida (FÁBIO, 2018; RBA, 2019).



Diego Santos Vieira de Jesus

Referências bibliográficas

BBC. Do Coaf à busca e apreensão: entenda a investigação envolvendo ex-assessor de Flávio Bolsonaro. **BBC website**, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50211661>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BETIM, Felipe. Crivella suspende salários e faz Rio flertar com calote geral. **El País**, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-18/crivella-suspende-salarios-e-faz-rio-flertar-com-calote-geral.html>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CAPPELLI, Paulo; PIVA, Juliana Dal. Após críticas de evangélicos, Witzel revogará decreto que regulamentou lei contra discriminação. **O Globo**, 24 fev. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-criticas-de-evangelicos-witzel-revogara-decreto-que-regulamentou-lei-contradiscriminacao-24269102>. Acesso em: 25 fev. 2020.

COELHO, Henrique; GIMENEZ, Elza; ROUVENAT, Fernanda; TORRES, Lívia. Sequestrador de ônibus é morto por atirador de elite na Ponte Rio-Niterói; os 39 reféns passam bem. **G1 Rio**, 20 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/20/tiros-sao-ouvidos-em-sequestro-a-onibus-na-ponte-rio-niteroi.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2020.

ÉPOCA. Suspeito da morte de Marielle entrou em condomínio para buscar outro acusado alegando ir à casa de Jair Bolsonaro. **Época website**, 30 out. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/suspeito-da-morte-de-marielle-entrou-em-condominio-para-buscar-outro-acusado-alegando-ir-casa-de-jair-bolsonaro-1-24050451>. Acesso em: 24 jan. 2020.

FÁBIO, André Cabette. Os números da violência no Rio, a 3 meses do fim da intervenção. **Nexo**, 19 set. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/19/Os-n%C3%BAmeros-da-viol%C3%A2ncia-no-Rio-a-3-meses-do-fim-da-interven%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 4 abr. 2019.

G1 RIO. Entenda como foi a morte da menina Ágatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM. **G1 Rio**, 23 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2020.

G1 RIO. Crise da água: veja perguntas e respostas sobre o tema. **G1 Rio**, 18 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/18/crise-da-agua-veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-tema.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2020.

GAIER, Rodrigo Viga. Ministério Público e PF investigam suspeita de candidaturas-laranjas do PSL no Rio. **Extra**, 17 out. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/ministerio-publico-pf-investigam-suspeita-de-candidaturas-laranjas-do-psl-no-rio-24024702.html>. Acesso em: 24 jan. 2020.

LANG, Marina. 80 tiros: STM decide soltar militares presos por mortes de músico e catador. **UOL**, 23 maio 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/23/80-tiros-stm-militares-morte-de-musico-catador.htm>. Acesso em: 24 jan. 2020.

NASCIMENTO, Karina. Principais crimes registraram queda no estado em 2019. **ISP**, 21 jan. 2020. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=433>. Acesso em: 24 jan. 2020.

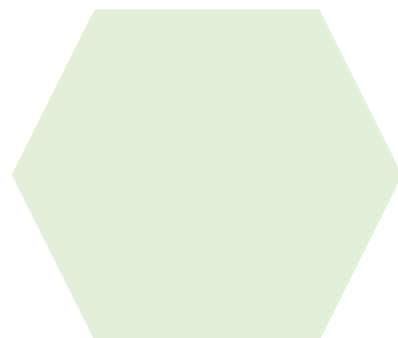


Diego Santos Vieira de Jesus

RBA. Witzel é cobrado por plano de segurança pública após alta nas mortes por policiais. **RBA website**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/03/witzel-e-cobrado-por-plano-de-seguranca-publica-apos-alta-nas-mortes-por-policiais>. Acesso em: 5 abr. 2019.

SATRIANO, Nicolás. Homicídios no Rio de Janeiro caem 23% e mortes em ações policiais crescem 15%, diz Witzel. **G1 Rio**, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/22/homicidios-no-rio-de-janeiro-caem-23percent-e-mortes-em-aco-es-policiais-crescem-15percent-diz-witzel.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2020.

VEJA. Rio de Janeiro à deriva: o desastre financeiro da gestão Crivella. **Veja website**, 25 dez. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/rio-de-janeiro-a-deriva-o-desastre-financeiro-da-gestao-crivella/>. Acesso em: 24 jan. 2020.



Sobre o autor

Diego Santos Vieira de Jesus é Coordenador do Laboratório de Cidades Criativas (LCC) e pesquisador do Observatório da Marca Rio da ESPM-Rio

Para citar:

Jesus, Diego Santos Vieira de. Relatório Analítico das Evidências Simbólicas da Marca Rio na Dimensão das Potencialidade - 1º trim. 2019 ao 1º trim. 2020. **Observatório da Marca Rio – ESPM**, 2019. Disponível em <http://www.observatorio.espm.br>. Acesso em:....